

REALIDADE BRASILEIRA, PODER LOCAL E TURISMO SOCIAL: AS INTERFACES COM O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Grazielle Ueno¹
Silmara Carneiro e Silva²

RESUMO

Entende-se que as questões do desenvolvimento social fazem-se relevante em virtude da sua temática fundamental para a discussão das condições de vida do homem em sociedade. Refere-se ao contexto de modernidade. Nesta a sociedade está dividida em classes sociais, capital e trabalho, que dão base de sustentação para a sociedade capitalista. A realidade brasileira expressa altos níveis de desigualdade gerando pobreza para a população. Assim é relevante pensar alternativas para a problemática de desenvolvimento social voltadas para um modelo de desenvolvimento que seja sustentável e vise uma sociedade mais justa, digna e humana. Entende-se que o desenvolvimento sustentável está intimamente relacionado com a dinâmica da vida em sociedade no espaço local. É necessário haver pacto entre as forças sociais, presentes numa determinada realidade e que estas definam alternativas sustentáveis do ponto de vista econômico, ambiental e, sobretudo social. Identifica-se dentre inúmeras alternativas possíveis para cada contexto, o turismo social como sendo, por meio de suas bases, alternativa para o desenvolvimento social, um desenvolvimento humano e sustentável, uma vez que possui em suas bases o desenvolvimento local como meta.

Palavras-chave: Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Sustentável; Poder local; Turismo Social.

ABSTRACT

We understand that the questions of the social development become excellent in virtue to consider thematic a basic one for the quarrel of the conditions of life of the man in society. In we relate then to the modernity context. The society is divided in social classes, capital and work, that give base of sustentation for the capitalist society. The Brazilian reality expresses high levels of inequality generating poverty for the population. Then it is excellent to think alternative for the problematic of personal development creative a model of development that is sustainable and aims at a society more joust, worthy and human being. We understand that the sustainable development is related with thy dynamics of the life in society in the local space. It is necessary to have pact between the social forces, and that these define sustainable alternatives of the economic point of view, ambient and over all social. We identify possible alternative for each context, the social tourism as being, by means of it's bases, alternative for the social development, because the local development is a goal of your base.

Key words: Social Development; Sustainable Development; Local Power; Social Tourism.

INTRODUÇÃO

Nossa intenção aqui é discutir a questão do desenvolvimento social, entendendo que no conceito social, está intrinsecamente constituída a noção da relação direta e indireta entre a esfera econômica e a esfera social no âmbito de um determinado contexto em estudo, nesta ocasião a realidade brasileira. Nosso objeto de atenção não é o estudo do desenvolvimento enquanto categoria teórica, apenas, mas como coloca Pinto (1986) nos situamos no terceiro campo de estudo do desenvolvimento o qual se preocupa com suas conseqüências sociais buscando a construção de

um modelo que vise a melhoria das condições de vida do homem em sociedade.

Inicialmente trabalhamos com os aspectos conceituais do desenvolvimento social, perpassando noções de sub-desenvolvimento nos países de desenvolvimento tardio. Na seqüência realizamos uma breve reflexão sobre a realidade brasileira, desde a década de 60 com o desenvolvimento à atualidade, a fim de tratar das implicações econômicas, políticas e sociais para o país. Na seqüência fazemos uma exposição e análise de dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano, que consideramos relevante para o tema em questão na realidade paranaense, fazendo uma relação com a região sul, São Paulo e

¹ Turismóloga e Professora das Faculdades Integradas Santa Cruz – FARESC. Especialista em Educação para a Sustentabilidade pela UFPR e Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas, pela UEPG. C-eletrônico: grazielle_ueno@yahoo.com.br.

² Graduada em Serviço Social e Coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no município de Castro, Especialista em Administração Estratégica de Pessoas, e Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas, pela UEPG. C-eletrônico: verdesilmara@yahoo.com.br.

Brasil, o período dos dados analisados é de 1991 a 2000 considerando que do ponto de vista econômico esta década obteve fortes influências do neoliberalismo. Para finalizarmos, realizamos uma reflexão sobre possíveis alternativas para o desenvolvimento social. Consideramos para esta reflexão os oito objetivos do milênio, traçado pelas Nações Unidas e, na seqüência, fazemos uma abordagem ao desenvolvimento numa perspectiva sustentável, como temática relevante para a discussão do poder local e do turismo social, sendo este, em nossa opinião, uma alternativa para este modelo de desenvolvimento na esfera local, uma vez que considera como meta a movimentação econômica do espaço local e possui um caráter socialmente responsável.

1 DESENVOLVIMENTO SOCIAL: ASPECTOS CONCEITUAIS E CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS NA REALIDADE BRASILEIRA

1.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O estudo do desenvolvimento requer uma atenção voltada às questões que permeiam seus conceitos, uma vez que diferem dependendo da visão de mundo, postura político-ideológica e, sobretudo está relacionado a modelos de sociedade defendidos pelos diferentes setores organizados social e politicamente, sendo que tais encontram-se inseridos no contexto histórico da modernidade, cuja estrutura produtiva é o capitalismo. Em nossa concepção de mundo e de sociedade, esta é dividida em classes sociais o capital e o trabalho, classes que dão base de sustentação para a estrutura produtiva de um modelo de sociedade o capitalista. Neste contexto, do capitalismo o capital domina o trabalho, uma vez que é proprietário dos meios de produção, portanto detentor do poder de investimentos e consequentemente é ele quem contrata a mão de obra assalariada, o trabalho. Neste sentido, entendemos que os modelos de desenvolvimento defendidos é expressão desta lógica social e econômica do mundo moderno. É nesta lógica e neste contexto que pretendemos refletir sobre a questão do desenvolvimento social.

Como coloca Nogueira (1999, p. 73)

“Hoje, a cada dia que passa somos sempre mais instigados a refletir sobre um fato incômodo e assustador: a despeito dos constantes avanços tecnológicos, das descobertas da ciência e das conquistas produtivas, a desigualdade continua via e operante. Desníveis brutais de renda, de escolaridade, de saúde, de nutrição, de oportunidades continuam a separar os homens.”

É a partir deste olhar sobre a realidade que nos chama atenção e consideramos relevante o estudo do desenvolvimento, visto que através de um estudo crítico a partir de

uma visão dialética, ser possível oferecer subsídios para pensar uma realidade mais justa digna e humana.

Na visão marxista adotada pelas vertentes socialistas, o que se pretende é a resistência ao modelo liberal, trabalhado a seguir. No modelo marxista busca-se uma superação aos modos de organização do sistema de produção propostos pelo capitalismo, superando a alienação humana neste processo. Segundo Jaguaribe (1978, p. 34) “Para Marx a alienação é uma situação real, que só se pode superar por modificações na realidade. Para Marx, a essência da alienação consiste num duplo estranhamento do homem: a separação do homem do próprio processo de produção”.

Diante da não alienação humana poderia ser constituída uma nova ordem na qual o homem poderia desfrutar do produto do seu trabalho como sujeito emancipado, não haveria propriedade privada, nem acúmulo de lucros, pois a riqueza seria socializada entre os homens. Como coloca Jaguaribe (1978, p. 95) “é a abolição positiva da propriedade privada, da auto-alienação humana, e assim a real apropriação da natureza humana através do homem e para o homem”.

Diferente da visão marxista, determinadas visões de desenvolvimento, especialmente as aliadas às posturas liberais, compreendem que o desenvolvimento social é consequência direta do progresso econômico. Que o progresso econômico garante na seqüência a melhoria das condições de vida das classes mais subalternizadas, mas como coloca Amartya Sen (1996) *apud* Nogueira (1999, p. 74)

(...) “seria um processo inevitavelmente cruel, inseparável de muito ‘sangue, suor e lágrimas’. Não se separaria de uma etapa na qual ocorreria ‘uma importante restrição do bem-estar no curto prazo em troca da obtenção de recompensas muito maiores no futuro’.”

Esta concepção traz consigo, em seu pano de fundo um ideal liberal da manutenção da ordem burguesa, que está sustentado na base do projeto capitalista. Segundo Jaguaribe (1978) o sistema capitalista pode ser sumariado em três teses: a primeira que diz respeito por um lado aos mecanismos impessoais do mercado, de outro à flexibilidade das empresas, com os estímulos e penalidades econômicas realizadas pelo Estado liberal, às quais asseguram a eficiência da economia, uma vez que elimina as menos aptas ao mercado. A segunda se refere ao poder econômico das empresas autônomas, das instituições independentes, das estatais e não estatais, uma sobre as outras e destas para com o Estado Liberal, assim dando subsídios para a manutenção do desenvolvimento estável da democracia. E a terceira que se trata do Welfare State como uma alternativa para a correção dos desequilíbrios sócio-econômicos que possam resultar da livre concorrência, sendo esta a alternativa, nesta concepção, para a justiça social.

O ideal liberal, como lógica instaurada no âmbito da sociedade moderna justifica a lógica de que o Estado deve

ser mín-max, mínimo para o trabalho e máximo para o capital e uma vez que este deverá servir à manutenção da ordem capitalista. Neste sentido, na modernidade, o pensamento liberal obteve centralidade na condução do desenvolvimento sócio-histórico, sendo que conforme nos coloca Luiz (2001, p. 62)

(...) “a marca da modernidade, que se identificou com a trajetória do capitalismo/liberalismo é o desequilíbrio dos dois pilares, (se refere aos pilares de sustentação da modernidade – o da emancipação e o da regulação³), prevalecendo a regulação numa racionalidade formal, que se configura, ora a sociedade, na hegemonia de um pensamento social positivista – liberal de reprodução do capitalismo, regulamentado à vida global (econômica, social e política).” (parênteses primeiros nossos).

Esta lógica de prevalectimento do pilar da regulação sobre o da emancipação na sociedade moderna, pode ser sentida como explícita a autora em vários aspectos da vida humana. Nesta ocasião nos interessa tratar desta influência sobre a questão dos paradigmas adotados na questão do desenvolvimento social. Assim, podemos observar nas obras de Celso Furtado, sua concepção a respeito da lógica do desenvolvimento da sociedade capitalista e seu impacto sobre a estrutura social. Em uma de suas construções ele coloca que

O avanço na acumulação não produziu transformações nas estruturas sociais capazes de modificar significativamente a distribuição da renda e a destinação do excedente. A acumulação, que nas economias do centro, havia conduzido à escassez de mão-de-obra e criado as condições para que se desse a elevação dos salários reais e a homogeneização social, produzia na periferia efeitos inversos: engendrava o subemprego e reforçava as estruturas tradicionais de dominação ou as substituiu por outras similares. (FURTADO, 1994, p. 38)

Franco acrescenta (1999, p. 73) A desigualdade alarga-se por conta da reprodução exaustiva do passado, por efeito de violências da revolução tecnológica, ou como consequência da combinação de ondas do passado e do futuro.

Em realidades às quais foram se modernizando e acompanhando a lógica do capitalismo industrial, foi possível ao longo do processo histórico, realizar a receita liberal, no entanto, considerando outras realidades dos países com inserção tardia no capitalismo mundial, observamos que práticas tecnológicas modernas convivem com práticas tradicionais, num mesmo contexto nacional. Embora haja crescimento econômico, não há estrutura política e social para dar conta das demandas internas, a riqueza socialmente construída não é distribuída, mas mantém-se encarcerada em poucos cofres, ou é volatilizada no mer-

cado financeiro. Por consequência, a desigualdade social aumenta, e em decorrência dos altos níveis de desigualdade estabelecidas crescem os níveis de pobreza da população.

Como coloca Costa (2006, p. 70)

(...) o Estado, nos países em desenvolvimento, não foi capaz de alterar a situação de pobreza em que vive grande parte da população, já que o objetivo central da política econômica foi criar condições para a reprodução do capital. O modelo de crescimento econômico ao se fazer pactuando com setores latifundiários, sem alterações na estrutura de concentração de renda e da riqueza, não promoveu um desenvolvimento social com padrões de igualdade, mas reproduziu as históricas desigualdades do poder político e econômico.

O Brasil, poder ser analisado historicamente à luz desta reflexão realizada por Costa, pois embora tenha se industrializado, o fez via endividamento externo, o que foi determinante para o crescimento econômico e a não melhoria na estrutura social do país. Não obstante o país ainda mergulhou na agenda neoliberal ditada pelos organismos internacionais, o que fragilizou a economia e torna o país mais e mais dependente das oscilações da economia mundial. É neste sentido que alguns teóricos têm se preocupado com as consequências sociais geradas por determinados modelos de desenvolvimento propondo estratégias para a questão do desenvolvimento nos países em desenvolvimento, ou, como propõem outras posturas teóricas, nos países subdesenvolvidos. Esta é uma das preocupações de Marco Aurélio Nogueira em um artigo que escreveu em 1999, de nome Um Estado para a Sociedade Civil, artigo este que deu base para elaboração de um livro publicado em 2004, com o mesmo nome, onde continua na discussão sobre a questão da Reforma do Estado e das relações entre o Estado e a Sociedade Civil construídas neste contexto. Nogueira (1999, p. 72) coloca que

“Os próprios objetivos do desenvolvimento precisam ser revistos, de modo a ir além do mero crescimento e ‘incluir’ outras metas, tais como o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento equitativo e o desenvolvimento democrático’ e a buscar estratégias que sirvam para promover avanços em todas estas metas simultaneamente.”

Ainda segundo Nogueira (1999) se esgotaram muitos modelos de desenvolvimento até então utilizados, como os modelos de desenvolvimento agressivo, modelo neoliberal e modelo socialista. É no âmbito desta discussão e concordando com as concepções de Nogueira quanto esta necessidade de repensar os objetivos do desenvolvimento, que nos propomos a trazer aspectos, que consideramos relevante para nossa discussão, trazendo questões sobre o modelo de desenvolvimento sustentável.

³ Conforme Luiz (2001) explicita durante a sua discussão no artigo: A sociedade civil e suas possibilidades de emancipação social.

Segundo um conceito utilizado por Franco (1999) conceito este construído a partir da Oitava Rodada de Interlocação Política do Conselho da Comunidade Solidária, com esta denominação Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, possui a seguinte definição.

“Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de: suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais.” (FRANCO, 1999, p. 176).

É a partir deste conceito que trabalharemos a seguir, no desenvolver da discussão, pois entendemos que no local é bem mais possível a visibilidade das questões sociais, bem como das potencialidades de uma população, assim podendo se torna viável a construção de diagnósticos locais traçando os limites e possibilidades da realidade à qual se pretende desenvolver sustentavelmente. Cabe dizer, que nada é possível realizar, que as idéias não são a priori determinantes da realidade, é preciso uma prática humana e política que garanta o desenrolar de todo e qualquer modelo de desenvolvimento humano. Parafraseando Marx, é preciso de homens para fazer funcional uma força prática.

1.2 REALIDADE BRASILEIRA: DE JK À ATUALIDADE

A fim de contribuir com a análise do desenvolvimento social no Brasil, faz-se necessário voltarmos o olhar para a realidade brasileira, por meio do viés político e econômico, em especial no período a partir da década de 60, do governo JK até a atualidade. Pretendemos, com esta observação, dar indícios gerais acerca do desenvolvimento em especial o social.

É importante destacar que o Brasil tem fortes heranças de desigualdades sociais, econômicas, fatores que vêm crescendo ano a ano devastando perspectivas reais de crescimento e muitas vezes distanciando a idéia de igualdade material entre os cidadãos. Alguns autores apontam como pano de fundo desta desigualdade entre as classes, o escravismo colonial. Singer (1988) considera que no Brasil, a escravidão fundamentou os ciclos de exportação, fato que impulsionou o tráfico negreiro e postergou desta forma o abolicionismo no país. Conforme sinaliza Almeida (1997) desde os primórdios, o Brasil, último país a abolir a escravidão, tem-se caracterizado por uma das mais ferozes e predatórias dominações de classe do planeta. Observando sucintamente o peso histórico da escravidão e o processo de abolicionismo, é possível perceber que a classe dominante brasileira se caracteriza por ser pouco flexível, o que contribui para o desenvolvimento de

um sistema político repressivo e para uma crise política constante.

Neste cenário de crise política Juscelino Kubitschek, consegue se eleger presidente e governar durante todo o mandato e ainda transmitir o governo a um sucessor igualmente eleito por meio do voto direto. Como o Estado e a política eram marcadas pelo escravismo, além de uma histórica oligarquia política que se fundou, o governo de JK foi o único que conseguiu demonstrar desde o início de seu governo alguns traços que se aproximavam de um regime democrático-burguês. Durante tal governo é importante destacar que a luta das classes operárias conseguiram avançar consideravelmente, apesar de não existir liberdade de organização sindical e ainda no interior da administração do Estado existir pressão das Forças Armadas. Conforme indica Almeida (1997, p. 42)

(...) “Boa parte das decisões do Estado era tomada pela cúpula militar e chegou a haver momentos em que o presidente ou alguns de seus auxiliares diretos, após sinalizarem determinadas posições, receberam pitos memoráveis do ministro de Guerra. E ficava o dito pelo não dito. Até porque a própria Constituição brasileira – que os propagandistas de plantão afirmavam ser uma das mais democráticas do mundo – abria brecha para um “golpe militar constitucional”.”

Devido às conquistas e avanços das lutas populares, o governo de JK representou o começo da crise do populismo brasileiro. O populismo havia funcionado para mobilizar as massas populares em favor de uma política de desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro, que conseguiu se consolidar.

Embora tenha sido considerável em determinados aspectos, alguns avanços para a população, isto decorre da luta de alguns setores socialmente organizados, pois Juscelino Kubitschek enquanto esteve no poder assumiu uma política efetivamente liberal de ideologia desenvolvimentista com o auxílio do capital estrangeiro. Este governo confirmou um perfil para a política econômica e social de cunho regulador. Buscou fortalecer ações de cunho filantrópico para a área social, através do CNSS e da LBA, tanto que este

“Reitera a estratégia de apoio às instituições sociais, regulamentando a Lei nº 091/35, que institui a Declaração de Utilidade Pública, reafirma o decreto de Kubitschek quanto à isenção das taxas de contribuição à Previdência, possibilitando anistia às instituições caritativas com débitos acumulados (Lei nº 3.933/61), reafirmando o modelo de filantropia partilhada.” (MESTRINER, 2001, p. 133).

Com a instalação do capitalismo industrial brasileiro o governo de Goulart, ficou pressionado pelas classes dominantes que exigia o fim do populismo a todo custo e por outro lado o crescimento das lutas de classes que não poderia ser reprimida, pois deles dependia sua sobrevivência. Foi neste contexto de pressão que o conjunto das

classes dominantes apoiou o golpe de 1964.

A implantação da ditadura militar e a derrota das forças militares, trouxe ao governo de Castelo Branco, uma política de hostilidade constituindo um processo de concentração e centralização do capital no Brasil. O período da Ditadura Militar, que se estendeu até 1985, tinha como característica o desenvolvimento urbano industrial, a concentração de renda e a exclusão social, principalmente da classe operária. A burguesia tinha uma similaridade importante com o governo militar, ou seja, com o poder político instaurado, pois pretendia acima de tudo dar asas ao capitalismo, impedindo que as forças populares conquistassem hegemonia.

A classe popular foi também reprimida durante aproximadamente 20 anos no período militar de maneira sufocante, ocorrendo um agravamento da concentração de riqueza no Brasil e um conseqüente distanciamento social e econômico entre as classes sociais.

O período conhecido como “Nova República” marca o final da ditadura militar, com a eleição de Tancredo Neves. Este período de transição incorporou os desejos democráticos das classes populares e, ao mesmo tempo, segundo Almeida (1997) redefiniu conferindo-lhes um sentido burguês. Pode-se considerar que o auge deste período foi a campanha das diretas já, que retratou de maneira expressiva a participação popular, porém as formas da luta, bem como os direcionamentos e objetivos fossem notoriamente burgueses. A consolidação deste processo foi a vitória de Tancredo em 1984, que nem chegou a assumir, mas que ficou marcado como o possível governo traria transformações na sociedade brasileira, pois fecharia o ciclo da transição para a democracia no Brasil. Nesta conjuntura no Brasil

A linha de pobreza (até dois salários mínimos) delimita nada menos que 52,6% das famílias brasileiras, distribuídas em 28,3%, de zero a 1 salário mínimo, e 24,3%, de um a dois salários mínimos²⁹. A mesma demarcação abrange 61,2% da população economicamente ativa. (FLEURY, 1989, p. 49). E ainda cabe mencionar que 68 milhões de brasileiros vivem em famílias com renda inferior a três salários mínimos e 18 milhões de trabalhadores recebem menos de um salário mínimo. (PNAD, 1984, apud FLEURY 1989, p. 49). (notas de rodapé no original).

Mesmo com a Constituição de 1988, o governo de Sarney, substituído de Tancredo ficou desgastado por não apresentar grandes mudanças em termos de igualdade social e ainda nas tentativas frustradas de ajustes nas políticas econômicas.

Em decorrência dos embates gerados através do governo Sarney no período da Nova República, as classes dominantes, para derrotar os candidatos surgidos da base operária e popular não observavam muitas saídas a não ser a de buscar parcerias para abocanhar os votos dos maus estruturados politicamente. Foi em Fernando Collor de Mello que a burguesia apostou as fichas, para derrotar os candidatos Leonel Brizola e Luiz Inácio Lula da Silva que tanto ameaçavam a hegemonia do poder. De maneira desastrosa o governo de Collor foi brevemente descartado, por meio de seu *impeachment*. Destacando a indignação popular vivida, novamente a classe dominante temia uma candidatura petista e foi neste contexto que surgiu o político da grande burguesia brasileira Fernando Henrique Cardoso.

Este governo marcou o país pela força das políticas anti-sociais e o sistema neoliberal, caracterizado basicamente pela adoração ao capital e a redução dos investimentos em política social. Mesmo considerando os avanços na estabilidade econômica do governo FHC, não se pode deixar de discutir investimentos para avançar na diminuição das desigualdades sociais.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva chega ao poder em 2002, aliado aos setores de grande capital internacionalizado, ou seja, setores tratados por alguns segmentos, de burguesia. Dentre suas preocupações primordiais estão a solidez da economia e a melhoria da área social no país. Por meio deste governo o país retoma as questões sociais a fim de promover a melhoria na qualidade de vida e proporcionar crescimento efetivo a todas as classes sociais brasileiras, diminuindo as desigualdades e oportunizando o desenvolvimento mais igualitário e justo o qual a sociedade deseja.

O atual governo optou por manter o crescimento na economia, embora seja criticado por adversário, por ser um crescimento mínimo em comparação a outras economias, como também tem investido como estratégia de enfrentamento das desigualdades de renda e pobreza, programas de transferência de renda. Tais programas são considerados por uma parcela de analistas da realidade social, como de cunho assistencialista, e por outros, não mais do que uma estratégia de aumento da demanda efetiva ao mercado, procurando, contudo dinamizar a economia.

A política de desenvolvimento social do Brasil depende de modificações na estrutura de distribuição de renda, pois é desta forma que consideramos ser possível o alcance de melhores condições de vida para a população.

²⁹ PNAD, 1984.

1.2.1 DADOS DA REALIDADE BRASILEIRA E SUA INTERFACE COM O PARANÁ

Entendemos que é necessário partir de dados da realidade, no sentido de diagnosticar as condições de vida da população. Consideramos como dados da realidade, índices oficiais de desenvolvimento humano (IDH)⁴, na questão renda, longevidade, educação que estão disponibilizadas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2003), que se referem ao que nos coloca a conjuntura nacional e estadual, trazendo para o debate a realidade paranaense.

Conforme definição do PNUD (2006) o IDH – M “É obtido pela média aritmética simples de três sub-índices, referentes a Longevidade (IDH-Longevidade), Educação (IDH-Educação) e Renda (IDH-Renda)”. Neste sentido podemos considerar que este índice não contempla todas as possibilidades de referência para o desenvolvimento de uma determinada realidade, pois com base nos conceitos de desenvolvimento que trabalhamos este trata e requer o desenvolvimento de diversos aspectos essenciais para a vida humana, aspectos estes que vão além dos índices apresentados no IDHM, que se referem a outras esferas da vida humana, como acesso a crédito, habitação, saúde, trabalho entre outros. No entanto são estes os dados que são apresentados oficialmente nesta questão. Documentos do PNUD (2006) apontam que este índice está longe de expressar as melhores condições de vida, apenas oferecem subsídios de análise nas três questões apontadas, sendo a renda, a longevidade e a educação.

No quadro a seguir podemos observar dados do IDH, referente ao Brasil e ao Paraná nos anos de 1991 e 2000.

QUADRO 1 – Índice de Desenvolvimento Humano – Brasil – Paraná – 1991 – 2000.

Unidade Federativa	IDHM		IDHM Renda		IDHM Longevidade		IDHM Educação	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Ano	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	0,696	0,766	0,681	0,723	0,662	0,727	0,745	0,849
Paraná	0,711	0,787	0,678	0,736	0,678	0,747	0,778	0,879

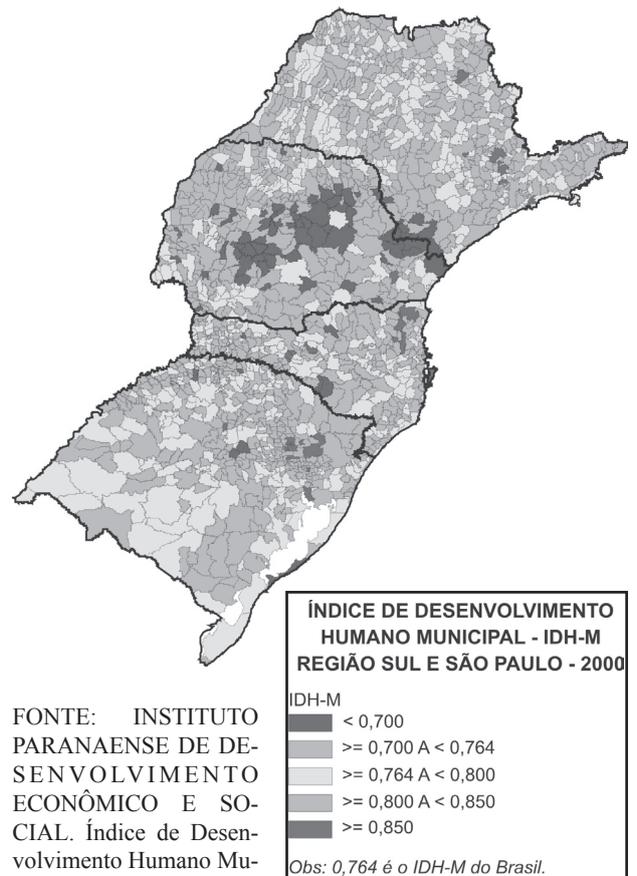
Fonte: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2006. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 11 nov. 2006.

Observamos que tanto para o Brasil como um todo, quanto para o Paraná houve melhora no índice. O Brasil obteve uma melhora de 0,07 e o Paraná de 0,76 de 1991 a 2000, o que corresponde em porcentagem a um crescimento de 10,69%. Consideramos que o crescimento não

tenha sido acentuado não chegando a nível nacional a um décimo de aumento. O Paraná conseguiu no Ranking nacional o 7º (sétimo) lugar entre os estados, segundo dados do IPARDES (2000). Segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000) “A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação com 44,3%, seguida pela Longevidade com 30,3% e pela Renda com 25,4%”.

A seguir observamos o índice do IDHM nos estados da região sul e São Paulo.

MAPA 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM Região Sul e São Paulo - 2000.



FONTE: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM Região Sul e São Paulo - 2000.

Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2006.

De acordo com o mapa acima exposto é possível perceber que o Paraná, dentre os estados da região sul e também em relação a São Paulo, é o estado que ainda conserva no ano de 2000, maior número de municípios com IDHM abaixo de 0,700, no entanto de acordo com outros dados do IPARDES que tratam dos índices estaduais na média geral é possível perceber que o Paraná cresceu 0,076, Santa Catarina 0,074, Rio Grande do Sul 0,61 e São Paulo 0,042. Neste sentido, observando a tabela abaixo verificamos que embora o Paraná tenha crescido, de 1991 a 2000,

⁴ O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da “felicidade” das pessoas, nem indica “o melhor lugar no mundo para se viver”. (Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, 2006. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/>. Acesso em 12/11/2006).

superior aos outros estados da região sul e até mesmo que São Paulo, não conseguiu superá-los no IDHM estando no ano de 1991 com índice inferior a todos os outros estados analisados e permanecendo em 2000 com o menor índice.

QUADRO 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM Região Sul e São Paulo - 1991, 2000.

Unidade Federativa	IDHM Renda		IDHM Longevidade		IDHM Educação	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Ano	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	0,681	0,723	0,662	0,727	0,745	0,849
Paraná	0,678	0,736	0,678	0,747	0,778	0,879
Sta Catarina	0,682	0,750	0,753	0,811	0,808	0,906
R Grande do Sul	0,702	0,754	0,729	0,770	0,837	0,901
São Paulo	0,766	0,790	0,730	0,770	0,837	0,901

FONTE: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2006.

Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2006.

No que se refere ao índice de renda o Paraná cresceu mais que a média nacional sendo que partiu de um índice de 0,678 em 1991 para 0,736 em 2000, crescendo 0,058 em nove anos. Já o Brasil obtinha em 1991 um total de 0,681 passando para 0,723 em 2000, crescendo 0,042, o que significa um crescimento inferior à realidade paranaense de 0,016.

Quanto à longevidade podemos observar que o Brasil cresceu o equivalente 0,065 no índice do IDHM- Longevidade passando de 0,662 para 0,727, sendo que o Paraná cresceu nesta questão 0,069 o que equivale 0,007 a mais que o nível nacional de crescimento. Isto significa que no Paraná a expectativa de vida aumentou em melhores proporções do que no Brasil como um todo. O Paraná, nesta mesma época, obteve um nível de crescimento a frente de

Santa Catarina, Rio Grande do Sul e até mesmo de São Paulo, no entanto apesar de seu crescimento não superou em 2000 o índice de todos os estados, hora analisados.

No que se refere à questão educacional o Brasil cresceu no período em análise 0,104, sendo que o Paraná cresceu 0,101 não ultrapassando a margem de crescimento nacional. Quanto em relação aos outros estados, observamos que Santa Catarina cresceu 0,098, Rio Grande do Sul e São Paulo cresceram igualmente 0,064.

A conjuntura analisada se refere especificamente na década em que o país abria politicamente a economia nacional para a interferência estrangeira, reservava com mecanismos internacionais pactos econômicos dolorosos para estrutura social do país, privatizava muitas das empresas estatais, entre outros desagravos ocorridos em função da receita neo-liberal à qual o Brasil buscou concretizar no país e que surtiu efeitos sociais agravados, como por exemplo as condições de crescimento em seus índices de desenvolvimento humano, além de altas taxas de desigualdade social e pobreza. No Brasil, conforme coloca Cattani in Dubet (2003) em 2003 os indivíduos em situação de pobreza somavam mais de 40 milhões de pessoas, um entre cada quatro brasileiros encontravam-se em situação de pobreza.

2 REFLEXÕES SOBRE ALTERNATIVAS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

2.1 OBJETIVOS E METAS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MILÊNIO /PNUD

Até 2015, todos os 191 Estados-Membros das Nações Unidas assumiram o compromisso de:

QUADRO 3 – Objetivos e metas do desenvolvimento do milênio:

N.º	OBJETIVOS	METAS – ATÉ 2015
1	Erradicar a extrema pobreza e a fome	•Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar PPC por dia. •Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome.
2	Atingir o ensino básico universal	•Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico.
3	Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	•Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, a mais tardar até 2015.
4	Reduzir a mortalidade infantil	•Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos.
5	Melhorar a saúde materna	•Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.

N.º	OBJETIVOS	METAS – ATÉ 2015
7	Garantir a sustentabilidade ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais. • Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável a água potável segura. • Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.
8	Estabelecer uma parceria Mundial para o Desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório. • Atender as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos. • Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento. • Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais de modo a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo. • Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo. • Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, nos países em vias de desenvolvimento; em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e de comunicações.

FONTE: Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, 2006.
Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm/index.php>. Acesso em: 12 nov. 2006.

O que se coloca em questão, nesta discussão não é analisar ou questionar a relevância de cada um dos objetivos propostos pelas Nações Unidas, pois estes são em nossa opinião condição *sine qua non* para o desenvolvimento humano e sustentável do planeta, mas, é sim perguntar em que condições ou em que proporções estas proposições teóricas, elaboradas por acordos mundiais, efetivamente garantem uma aplicabilidade prática e concreta, diante das condições atuais do capitalismo mundial para os países em desenvolvimento, ou correm o risco de tornarem-se em mais um documento plantado no vazio das consciências políticas internacionais?

Pensamos ser necessário além de metas, a construção de estratégias para a execução de tais proposições mundiais. É preciso ir além desta articulação mundial em proporções mais globais, consideramos necessária a construção de estratégias particulares para cada um dos países, e ainda superando o nível particular das realidades nacionais, construir ações a nível local, utilizando-se das potencialidades singulares de cada região. Pensamos isto ser possível por meio da proposta do desenvolvimento sustentável, e neste sentido, concordamos com os objetivos traçados pelas Nações Unidas, porém estes objetivos devem, em nossa concepção, adquirir materialidade diante das características específicas de cada localidade. É diante deste posicionamento que tratamos a seguir sobre a questão do poder local e seu reatamento para o proces-

so de desenvolvimento social, bem como trazemos como alternativa o turismo social como uma estratégia, dentre muitas, que podem ser propostas no âmbito do modelo de desenvolvimento humano e sustentável.

3 PODER LOCAL E TURISMO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Consideramos ser necessária a conceituação do que entendemos por “Poder Local”, e “Turismo Social” na tentativa de construir a relação de ambos os temas com a temática do Desenvolvimento Social. Compreendemos que nos conceitos é possível perceber a abertura no que se refere à discussão de possibilidades para um modelo de desenvolvimento social mais justo e igualitário que garanta padrões de vida considerados éticos⁵ para a sociedade. Nesta ocasião nos referindo na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

É necessário destacar uma das principais dificuldades apresentadas pela utilização do termo *social*, para designar um tipo de turismo, bem como um modelo específico de desenvolvimento social – numa perspectiva compensatória⁶. A palavra *social* é extremamente ampla e além de significar, conforme o dicionário da língua portuguesa, re-

⁵ Ético no sentido de garantia do mínimo necessário para a sobrevivência humana a partir do acesso da população aos bens e serviços garantidos pelos direitos civis, políticos e sociais.

⁶ Perspectiva compensatória enquanto focalização das ações do Estado para a parcela da população em situação de vulnerabilidade social e econômica não havendo universalização dos bens e serviços garantidos por meio dos direitos sociais.

O modelo de desenvolvimento sustentável pressupõe a participação comunitária advinda principalmente das forças sociais organizadas que se constituem legitimamente no âmbito do poder local

latividade a sociedade, possui uma bagagem formada por desgastes do debate político e governamental, que pode provocar à sua leitura certo pré-conceito.

O modelo de desenvolvimento sustentável pressupõe a participação comunitária advinda principalmente das forças sociais organizadas que se constituem legitimamente no âmbito do poder local. Na lógica deste modelo de desenvolvimento como sugere Nogueira (1999, p. 82).

“É pela ativação política que a sociedade civil se vincula ao espaço público democrático. (...) e é apenas essa sociedade civil politizada que se mostra como capacitada para funcionar como base de um outro projeto de hegemonia, como base de uma oposição efetivamente libertadora, popular e democrática às estratégias de dominação referenciada pelo grande capital.”

Faz-se necessário o fortalecimento das potencialidades locais, no sentido de criar alternativas para a melhoria das condições de vida da população. Por meio da ampliação dos espaços de participação social e política no âmbito do sistema democrático representativo e participativo, assim como oportunizar o acesso da população a bens e serviços socialmente construídos, como: serviços culturais, de saúde, de educação, acesso a crédito, entre outros ativos sociais⁷.

Identificamos dentre outras alternativas existentes, de relevância, a proposta do turismo social, visto incluir a perspectiva do turismo enquanto oportunidade e renda, preservação e valorização dos recursos ambientais, fortalecimento da identidade local e sobretudo a inclusão da classe operária aos serviços sociais. Para Singer (1988, p. 4)

“O conceito de classe operária ou proletariado se refere basicamente ao conjunto de pessoas desprovidas de propriedade ou de qualquer fonte de renda, que, por isso, são obrigadas a alugar sua capacidade de trabalhar, isto é, a vender a sua força de trabalho para poder viver. São os trabalhadores assalariados.”

Inicialmente conceituaremos poder local na visão de Filho (2006) que conceitua poder local como:

“O poder local em nossa concepção não é o conjunto de for-

ças sociais que atuam numa comunidade, mas uma instância do Estado que tem abrangência no âmbito da cidade ou, no caso brasileiro, do município (...). Portanto, em nossa concepção o poder local é sinônimo de poder público municipal.”

Já na perspectiva de Gohn (2005, p. 27)

“O poder local passou a ser visto como espaço de gestão político-administrativo e não como simples sede das elites (econômicas, sociais e políticas). Mudanças na conjuntura política e no cenário econômico explicam tais alterações. O poder local foi redefinido como sinônimo de força social organizada, enquanto forma de participação da população, na direção do empowerment ou fortalecimento da comunidade, isto é, a capacidade de gerar processos de desenvolvimento auto-sustentável, com a mediação de agentes externos – novos educadores, principalmente as ONGs do Terceiro Setor.”

O poder local passou por redefinições passando de um conceito mais tradicional e conservador para um conceito mais aberto, onde se considera a participação de instâncias mais amplas da sociedade no âmbito do poder. Num primeiro momento podemos considerar que o conceito trazido por Gohn traz consigo uma idéia de ampliação da participação social e política no sistema decisório, o que exprime uma melhoria na qualidade da participação para o sistema democrático, no entanto basta uma reflexão um pouco mais aprofundada, indo além da aparência do fenômeno que se apresenta na conjuntura atual, que é possível perceber que implica numa faceta resultante do contexto de reforma política, onde as bases da relação do Estado e da sociedade já estão se modificando socialmente e brevemente serão legitimadas por mudanças no âmbito jurídico, por meio de alterações na legislação do país. Conforme relata a secretária do Conselho de Desenvolvimento econômico e social do governo atual, a senhora Esther Bemerguy a reforma política “é importante porque dever renovar as relações entre Executivo e Legislativo, e a própria sociedade. Hoje o poder é instituído de uma forma e será alterado”. (Notícias Uol. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/uolnews/brasil/2006/11/20>. Acesso em: 25 nov. 2006).

Neste sentido, é pertinente a preocupação dos impactos do neoliberalismo e além, da própria dinâmica do capitalismo mundial, onde o globalismo e o localismo convivem numa relação complexa e multifacetada. Diante desta conjuntura econômica e política é preciso construir

⁷Como nos aponta Célia Lessa Kerstenetzky em seu artigo: Porque se importar com a desigualdade “A explicação para a persistência da pobreza em um país relativamente rico, de novo, parece simples: grosso modo, a renda das pessoas deriva da utilização dos ativos que possuem. Como no Brasil a propriedade de ativos valiosos – capital físico, terra, educação, ativos financeiros – é, historicamente muito concentrada, seguem-se os persistentemente baixos níveis de renda dos mais pobres”. (KERSTENETZKY, 2002, p. 655).

estratégias a nível local que rume em contrário à desregulamentação das esferas públicas e à responsabilização demasiada da sociedade civil junto às demandas sociais, é necessário a criação de estratégias que visem, sim, o desenvolvimento econômico, mas que sobretudo se preocupe com o desenvolvimento de forma sustentável onde as questões sociais tomem centralidade na agenda pública e possam ser enfrentadas com competência e vontade política de mudar a estrutura social, seja no âmbito global ou local. É nesta perspectiva que pensamento no turismo social como alternativa para este modelo de desenvolvimento.

O Turismo Social, que se pretende adotar neste estudo é o conceituado por Almeida (2005, p. 347):

“Turismo social é aquele fomentado sociopoliticamente pelo Estado e organizado por entidades da sociedade civil (assistenciais, profissionais ou outras) com objetivos claramente definidos de recuperação psicofísica e de ascensão sociocultural dos indivíduos, de acordo com os preceitos da sustentabilidade, que devem estender-se às localidades visitadas.”

Nesta visão de turismo social, entendemos que é possível perceber dois pontos essenciais que fazem dele uma estratégia interessante para a busca de estratégias que impulsionem a movimentação econômica dos locais ou regiões e paralelamente consiga avanços do ponto de vista social. O Turismo social possui bases, sendo estas a preocupação em ser subsidiado ou pelo Estado ou por organizações da sociedade civil, a fim de atender uma classe de baixa renda, ter duração superior a vinte e quatro horas, atender às necessidades do desenvolvimento local, uma vez que busca a movimentação econômica do local. Assim, neste é possível perceber que do ponto de vista econômico é capaz de dar suporte para o desenvolvimento econômico da região ou local que recebe os turistas, gerando aumento dos investimentos por parte dos empresários locais e gerando emprego e renda para a população trabalhadora. Além de que no local em que o turismo social é fomentado este pode ser visto na perspectiva do acesso da população de baixa renda a este bem, enquanto acesso ao direito social de lazer previsto pela legislação. É a população de baixa renda podendo ter acesso ao turismo pela via do turismo social.

CONCLUSÃO

Podemos perceber que o estudo do desenvolvimento é complexo e multidimensional. Percebemos ainda que a noção de desenvolvimento depende da visão de mundo da postura político-ideológica e do contexto social, político e econômico ao qual se propõe um determinado modelo de desenvolvimento. Outra consideração que podemos traçar é que os modelos de desenvolvimento coexistem, em contextos diversos e respondem a uma disputa de poder, de caráter dinâmico entre as forças sociais existentes na realidade. Em nossa concepção as forças sociais que se fazem presentes na arena de discussões e de decisões são resultantes de uma estrutura, a produtiva. A sociedade, nesta lógica de pensar, a marxista, é dividida em classes, capital e trabalho, e esta estruturação do sistema produtivo desencadeia uma dinâmica própria para a sociedade moderna, o que faz com que existam posições e interesses divergentes que respondem às necessidades de cada classe social distinta, classes estas que vão se complexificando na medida em que o próprio capitalismo vai se desenvolvendo e alterando conseqüentemente a dinâmica social, cultural e política na sociedade.

Percebemos ainda, que no Brasil o modelo liberal de desenvolvimento obteve centralidade no decorrer do processo sócio histórico, obtendo ênfase a partir da década de 60 com o desenvolvimentismo e mais tarde a partir da década de 90 quando o Brasil adere às diretrizes do Consenso de Washington e abre as portas do país para a implementação da receita neoliberal. Partindo do pressuposto de que as forças sociais organizadas compõem o poder local, e que este interfere na dinâmica do processo de desenvolvimento social. Bem como, de que o turismo social constitui-se em uma alternativa relevante para a promoção do desenvolvimento sustentável e que este, por sua vez, objetiva a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, comprometida com as gerações futuras é que neste trabalho nos posicionamos favorável ao modelo de desenvolvimento humano e sustentável que se faz emergente nas discussões tanto a nível global como local. Embora não negligenciemos que tal proposta de desenvolvimento está presente no âmbito de uma conjuntura de reforma política. E que esta é resultante de determinantes estruturais da ordem do capitalismo mundial é necessário que a população se aproprie desta corrente político ideológica do desenvolvimento sustentável naquilo que ele tem de positivo para o desenvolvimento real das condições de vida dos homens em sociedade, e assuma uma corrente de pensamento onde esta proposta obtenha caráter humanizante e possa ir de encontro das conseqüências sociais provenientes de conjunturas onde outros modelos de desenvolvimento imperaram na sociedade.

Como coloca Rodrigues (2004),

“Assim, o desafio é contribuir para a realização de uma Reforma Política que afirme valores e práticas no rumo do aprofundamento da democracia, da liberdade, da acessibilidade, do fortalecimento de organizações políticas partidárias e não partidárias, da redistribuição de oportunidades de acesso à representação política e da construção de relações de poder mais simétricas e igualitárias.”

Sob esta ótica, a proposta do desenvolvimento humano e sustentável merece atenção e pode ser de fato uma alternativa viável, a partir das novas relações entre o Estado e sociedade que estão sendo estabelecidas na conjuntura econômica, social e política atual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.F. De JK a FHC: apontamentos para uma análise das lutas sociais no Brasil contemporâneo. In: RAMPINELLI, W. J e OURIQUES. N. D. **No fio da navalha: críticas das reformas neoliberais de FHC.** São Paulo: Xamã, 1997. p. 39-61.

BRASIL, Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. **Objetivos e metas do desenvolvimento do milênio 2006.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm/index.php>. Acesso em: 11 nov. 2006.

COSTA, L. C. da. **Os impasses do estado capitalista: uma análise sobre a reforma do estado no Brasil.** Ponta Grossa: UEPG; São Paulo: Cortez, 2006.

DUBET, F. **Desigualdades multiplicadas.** Ijuí:Unijuí, 2003, 76 p.

FRANCO, A. A participação do poder local em processo de desenvolvimento local integrado e sustentável. In: RICO, E. de M.; DEGENSZAJN, R. R. **Gestão social uma questão em debate.** São Paulo: EDUC, 1999. Parte II IV, p. 175-190.

FURTADO, C. A superação do subdesenvolvimento. **Revista Economia e Sociedade.** n. 3, p. 37-42, dez. 1994.

GOHN, M. da G. comunidade: origens, ressignificações e articulações com o poder local no século XXI. In: SOUZA, M. A.; COSTA. L. C. da. **Sociedade e cidadania: desafios para o século XXI.** Parte I, p. 15-30.

JAGUARIBE, H. **Introdução ao desenvolvimento social.** São Paulo: Integral, 1978, 220 p.;

KERSTENETZKY, C. L. Por que se Importar com a Desigualdade. **Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: v. 45, n. 4, p. 649-675, 2002.

LUIZ, D. E. C. A sociedade civil e suas possibilidade de emancipação social. **Revista Emancipação.** Ponta Grossa: ed. UEPG, v. 1 n. 1, p. 59-70, 2001.

MARTINS, J. de S. **O poder do atraso.** São Paulo: Hucitec, 1994, Cap. 1, p. 19-51.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** São Paulo: Editora Cortez, 2001. 320 p.

NOGUEIRA, M. A. Um Estado para a sociedade civil. In: RICO, E. de M.; DEGENSZAJN, R. R. **Gestão social uma questão em debate.** São Paulo: EDUC, 1999. Parte II p. 69-90.

PINTO, C. **Sociologia & desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, 659 p.;

PNUD. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. **Objetivos e metas do desenvolvimento do milênio**. 2006. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm/index.php>. Acesso em: 12 nov. 2006.

RODRIGUES, A. **Reforma política e participação**. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/temasedados>. Acesso em: 25 nov. 2006.

SINGER, P. **A formação da classe operária**. São Paulo: Atual; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 80 p.

_____. **Notícias Uol**. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/uolnews/brasil/2006/11/20>. Acesso em: 25 nov. 2006.